

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.498 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2002

Depósitos judiciais podem ser usados para quitar precatórios

Estados e Distrito Federal devem ser autorizados a utilizar, no pagamento de precatórios de natureza alimentar, até 50% do dinheiro depositado por contribuintes que têm questões pendentes relacionadas a tributos. Proposta nesse sentido foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto, que ainda será examinado pela Comissão de Justiça, é uma tentativa de evitar intervenções em vários estados, solicitadas ao Supremo Tribunal Federal.

PÁGINA 3



Célio Azevedo

Gilmar Mendes (ao lado de Bernardo Cabral) fala à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Comissão aprova Gilmar Mendes para o Supremo, após quatro horas de debates

A indicação do advogado-geral da União, Gilmar Mendes, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por 16 votos a seis. Antes da votação, os senadores sabatinaram Mendes por mais de quatro horas, indagando especialmente

sobre sua relação com o Executivo e o grande número de manifestações a respeito da escolha feita pelo presidente da República. “Meu gabinete está cheio de e-mails contra e a favor”, comentou Jefferson Péres. A mensagem indicando Gilmar Mendes para o Supremo vai agora à deliberação do Plenário do Senado.

PÁGINAS 6 E 7

Plenário deve votar limite de gastos com propaganda oficial

Proposta de emenda constitucional na pauta do Senado, hoje, obriga governo a assegurar que suas peças publicitárias tenham caráter educativo e informativo.

PÁGINA 2

Relator propõe liberar verbas para retomada das obras do TRT-SP

O senador Moreira Mendes apresentou à Comissão Mista de Orçamento parecer que, se aprovado, permitirá o reinício das obras do fórum trabalhista do TRT-SP. Ontem a comissão elegeu seus novos dirigentes, em meio a elogios ao trabalho desenvolvido na presidência pelo senador Carlos Bezerra.

PÁGINAS 10 E 11

João Alberto vai relatar a LDO e Sérgio Machado, o Orçamento, enquanto o deputado José Carlos Aleluia preside a CMO



José Cruz



Sebastião Rocha: "Trata-se de ato criminoso, cometido por delinqüente"

Rocha denuncia envio ilegal de correspondência

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) denunciou em Plenário o uso indevido de envelopes timbrados de seu gabinete para o envio de correspondências apócrifas para autoridades em Brasília. Os envelopes continham material jornalístico com denúncias contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

— Trata-se de ato criminoso cometido por algum delinqüente que está utilizando material do meu gabinete. Não sou capaz de ato desta natureza. Se tivesse que fazer denúncias sobre a Aneel, o faria de forma responsável — disse.

O diretor-geral da agência, José Mário Abdo, foi um dos que receberam a correspondência. O material apócrifo também foi enviado para Ana Tavares, assessora da Presidência da República; para o ministro de Minas e Energia, Francisco Gomide; para o presidente do Tribunal de Contas da União, Humberto Souto; para o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro; e para a Agência de Publicidade Young & Rubican.

Rocha considerou o fato grave e pediu que a Presidência do Senado determine investigações, alertando para a possibilidade de que o mesmo ocorra com outros senadores. Presidindo a sessão, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse que as informações serão encaminhadas ao presidente do Senado, Ramez Tebet.

Plenário deve votar restrições a gastos com propaganda do governo

Proposta limita despesas com divulgação da conclusão de obras públicas, veda promoção pessoal nas mensagens e obriga o caráter informativo e educativo nas peças publicitárias

O Plenário poderá votar hoje, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional (PEC) que limita gastos com publicidade de obras governamentais. Com autoria de Roberto Saturnino (PT-RJ), a matéria acrescenta ao artigo que veda promoção pessoal nesse tipo de propaganda a obrigatoriedade do caráter educativo e informativo das peças publicitárias.

Durante o quarto dia de discussão da PEC, que transcorreu ontem, Saturnino disse que esses gastos "constituem uma porta pela qual freqüentemente atravessam

transações ocultas do governo com meios de comunicação". Ele afirmou que alguns órgãos de imprensa recebem recursos substanciais, oferecendo em contrapartida a defesa incondicional do governo.

— É uma manipulação da opinião pública que, lamentavelmente, é freqüente — afirmou.

Na mesma discussão, Heloísa Helena afirmou que, em seu estado, o governo gasta mais com publicidade do que com a Secretaria de Defesa Social, que trata da segurança pública.



Propaganda pode manipular opinião pública, diz Saturnino

Caso a PEC seja votada e aprovada hoje, ainda passará por um segundo turno, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Capital estrangeiro na mídia volta a debate

Tem início hoje a discussão em segundo turno da proposta de emenda constitucional que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação. Aprovada em votação inicial no último dia 8, a matéria, oriunda da Câmara dos Deputados, obteve na ocasião 62 votos favoráveis e seis contrários. O texto limita o aporte de recursos a 30% do capital total das empresas. Se aprovada em segundo turno, a matéria será promulgada pelos presidentes das duas casas

do Congresso, uma vez que o texto aprovado pelos deputados está passando pelo Senado sem modificações.

Também começa a ser discutida hoje, em segundo turno, a PEC que acaba com a obrigação da verticalização das coligações partidárias, além da que impede que câmaras de vereadores tenham representação maior que a das assembleias legislativas de seus respectivos estados; e a que permite a ascensão funcional de servidores públicos por concur-

so interno.

A pauta traz ainda o projeto de lei da Câmara que concede seguro-desemprego a pescadores artesanais durante o período de defeso. Essa matéria será votada, pelo plenário do Senado Federal, em turno suplementar. Os senadores devem votar ainda o projeto que altera o foro das Indústrias Nucleares do Brasil e o que altera a legislação dos juizados especiais cíveis e criminais, proposto pela Comissão Mista de Segurança Pública.

Senadores parabenizam João Paulo II

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) parabenizando o papa João Paulo II pelo seu 82º aniversário, a ser comemorado no próximo sábado. O voto de felicitações será encaminhado à Santa Sé pelo autor.

O requerimento deveria ser primeiramente votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas seu presidente, se-

nador Bernardo Cabral (PFL-AM), avocou a relatoria do requerimento e apresentou voto favorável em Plenário. Ele explicou que o relator da matéria, Francelino Pereira (PFL-MG), ficou impossibilitado de apresentar relatório a tempo de sua votação.

Também foi aprovado, a partir de requerimento apresentado por Heloísa Helena (PT-AL), voto de condolências à família de irmã

Helena, falecida em Alagoas no último dia 5. Nascida na Holanda, irmã Helena veio para o Brasil em 1971, trabalhou como enfermeira e desde 1992 atuava na Pastoral da Criança. Foi ainda aprovado voto de pesar pela morte do ex-ministro do Meio Ambiente José Lutzemberger, falecido no dia 14, aos 75 anos. O requerimento foi apresentado por Pedro Simon (PMDB-RS).

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2002

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o inciso II do artigo 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera o caput do artigo 27 da Constituição federal (representação nas assembleias legislativas); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera a redação do inciso IV do artigo 52 da Constituição federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha é aprovada previamente pelo Senado, por voto secreto, após arquivamento em sessão secreta; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que acrescenta o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União; substitutivo do Senado ao PLC que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso; PLC que altera a sede e o foro da Indústrias Nucleares do Brasil (INB); PLS que altera a Parte Geral e os artigos 157, parágrafo 2º, I, 158, 329 e 334 do Decreto Legislativo nº 2.848/40 (Código Penal) e altera o artigo 85 da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais; entre outras matérias.

COMISSÕES

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Mecanismo para o pagamento de precatório alimentar passa na CAE

Substitutivo de Romeu Tuma ao projeto do deputado Arnaldo Madeira será agora enviado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), ao projeto do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) que cria mecanismos para o pagamento de precatórios judiciais de natureza alimentar. De acordo com o substitutivo, que agora será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os estados e o Distrito Federal poderão utilizar, no pagamento de precatórios de natureza alimentar, até 50% do dinheiro depositado por contribuintes que têm questões pendentes relacionadas a tributos.

Esses precatórios são dívidas do governo decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões, benefícios previdenciários e indenização por morte ou invalidez, em virtude de sentença transitada em julgado (quando não existe mais a possibilidade de recursos). A escassez de verbas tem dificultado o pagamento rápido dos precatórios de natureza alimentar devidos pelos estados e pelo Distrito Federal.

O substitutivo determina ainda que os estados e o Distrito Federal deverão constituir um fundo de 20% do total dos valores em depósito para garantir a devolução do dinheiro em um prazo de 24 horas. O fundo atenderá, entre



Além da proposta sobre precatórios, os senadores da CAE aprovaram contratação de créditos pelo governo federal

outros, o contribuinte que, por decisão judicial, conseguiu o direito de receber parte ou o total do depósito que efetuou para questionar o débito tributário.

Durante a discussão da matéria, Paulo Souto (PFL-BA) retirou emenda de sua autoria propondo que, na ausência de precatórios de natureza alimentar, o dinheiro pudesse ser empregado na integralização dos fundos de previdência estaduais ou no pagamento de precatórios judiciais relativos a créditos de natureza patrimonial. "Vou atender ao apelo de Tuma, mas quero ressaltar que a lei que autorizou a União a usar depósitos judiciais não tem nenhum limite", disse.

Declaração de ministro repercute

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que votou contra o parecer de Romeu Tuma, manifestou-se preocupada com a informação do presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, em audiência pública na CAE, de que a partir de junho colocará em julgamento os mais de 2 mil processos que pedem intervenção federal nas unidades federativas que deixaram de efetuar pagamentos de precatórios judiciais de natureza alimentar.

Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que depois do que ouviu do ministro Marco Aurélio não lhe restava saída a não ser votar contra o substitutivo de Tuma e a fa-

vor do projeto de Arnaldo Madeira. "O substitutivo elastece muito a proposta original ao baixar o limite para até 50%, tornando praticamente facultativa a utilização dos recursos para o pagamento dos precatórios de natureza alimentar", justificou.

Tuma informou que todas as alterações por ele propostas foram comunicadas ao deputado Arnaldo Madeira. O senador defendeu a aprovação da matéria argumentando que o presidente da República poderia vetar o projeto, se ele fosse aprovado nos termos em que tramitou na Câmara. Francelino Pereira (PFL-MG) declarou voto favorável ao substitutivo.

Modernização da Força Aérea pode receber US\$ 167 milhões

Parecer do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), favorável à contratação de crédito externo pelo governo federal, no valor de US\$ 167 milhões, junto ao HSBC Bank e ao Crédit Commercial de France foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os recursos destinam-se ao financiamento de 85% dos equipamentos que serão adquiridos pelo Comando da Aeronáutica para o projeto Modernização da Força Aérea Brasileira (FAB).

Na mesma reunião, foi aprovado parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) favorável à contratação, pelo governo federal, de empréstimo de US\$ 14,4 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinado ao financiamento do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (Proat II).

O objetivo do Proat II é melhorar a saúde financeira dos bancos, fortalecer os instrumentos de fiscalização e aumentar a transparência nas negociações dos valo-

res mobiliários. Os senadores Paulo Souto e Antonio Carlos Júnior, ambos do PFL da Bahia, e a senadora Heloísa Helena (PT-AL) votaram contra o parecer.

Souto e Antonio Carlos explicaram que a posição contrária não era pelo mérito da matéria. Eles informaram que permanecerão votando contra as operações de crédito até que o governo resolva o impasse criado desde que foi colocada em dúvida a competência do Senado para autorizar avais da União nas operações com os estados.

Segundo Paulo Souto, três estados ainda não conseguiram finalizar o processo de contrata-

ção de crédito apesar de terem recebido autorização do Senado desde julho passado. Romero Jucá afirmou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, está procurando saída para a questão. O presidente da CAE, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), disse ter falado com Malan sobre a posição do Senado, que tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto em Plenário deliberou por sua competência para autorizar os avais.



Paulo Souto espera definição sobre competência do Senado

Cabral anuncia parecer sobre CPMF no dia 22

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), anunciou que apresentará seu relatório na próxima reunião da comissão, marcada para quarta-feira (22).

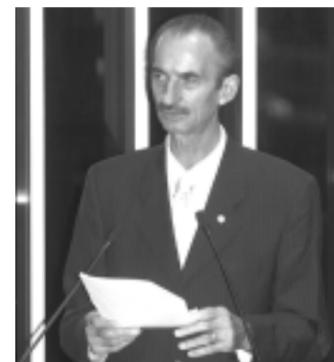
Cabral criticou notícias que buscam antecipar o conteúdo de seu relatório. Ele reclamou da presença na PEC de matérias estranhas à cobrança da CPMF, referentes ao Fundo Nacional de Desestatização e a precatórios, entre outras.

Sartori propõe concessão de 13º a seringueiros

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) anunciou que apresentará proposta de emenda à Constituição (PEC) concedendo o 13º salário aos seringueiros pensionistas do INSS. Segundo ele, trata-se de fazer justiça a essa categoria de trabalhadores, a quem chamou de "soldados da borracha", pois todos os benefícios pagos a pensionistas integram esse abono anual.

— A nossa Constituição, no seu inciso VIII do artigo 7º, garante aos trabalhadores urbanos e rurais o direito ao 13º salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria — assinalou.

Sartori lembrou a valiosa contribuição dos "soldados da borracha" durante a Segunda Guerra Mundial, responsáveis pela extração do látex que seria empregado na fabricação da borracha e seus derivados utilizados pelas tropas aliadas. Em 1946, o governo brasileiro concedeu aos seringueiros pensão vitalícia no valor de dois salários mínimos, que só foi efetivada com a Constituição de 1988.



Sartori destacou contribuição dos "soldados da borracha" durante a Segunda Guerra Mundial

Ademir: governador do Pará também deve ser julgado

Para o senador, além dos 156 policiais militares, Almir Gabriel deve ser responsabilizado pela chacina dos 19 sem-terra de Eldorado dos Carajás

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que estão sendo julgados pelo Tribunal de Júri do Pará os 156 policiais militares que estavam presentes no momento do assassinato, em 17 de abril de 1996, dos 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA). Mas não estão em julgamento os principais responsáveis, na opinião de Ademir, pela chacina:



Governador Almir Gabriel ordenou a ação que levou à morte dos sem-terra, diz Ademir

o governador do estado, Almir Gabriel, o comandante da PM, coronel Fabiano Lopes, e o secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara. "Eles deveriam estar no banco dos réus e ser os primeiros a serem julgados."

A convicção de que são os verdadeiros culpados foi confirmada, de acordo com Ademir, pelo depoimento de um dos acusados, o coronel Mário Pantoja, comandante do batalhão da Polícia Militar que participou do confronto. O coronel afirmou que, ao receber a ordem de desocupar a estrada onde estavam os sem-terra, dada pelo coronel Fabiano Lopes, ponderou que não teria condições de retirá-los sem ajuda de

uma tropa de choque. Segundo o coronel Pantoja, Lopes disse então, de maneira clara, que se tratava de determinação do governador para que os sem-terra fossem retirados da estrada.

— Isso acontece porque o brasileiro ainda não atingiu um nível de conscientização política para que o Brasil possa ser um país justo e sério. Ficou fora do julgamento, por decisão judicial, quem tem dinheiro, bons advogados, poder. Ficaram de fora os que eu sempre afirmei, ao longo dos anos, terem sido os verdadeiros responsáveis. O coronel Pantoja apenas recebeu e cumpriu ordens, mas não tinha pessoal capacitado para cumprir a missão. Além disso, havia sido

informado de que existia possibilidade de negociação: os sem-terra queriam ônibus para sair do local — lembrou.

Segundo Ademir, foram sobretudo a inexperiência e a intransigência de Almir Gabriel que levaram à chacina. "O governador, querendo mostrar sua autoridade e inexperiente para avaliar o que poderia ocorrer, mandou que os trabalhadores fossem retirados dali a qualquer custo."

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) interrompeu o pronunciamento de Ademir Andrade e disse: "É difícil permitir que argumente da forma como faz, até porque o governador não é parte desse processo". Ele afirmou ainda que, à época, o então procurador-geral da República, Aristides Junqueira, também acusou Almir Gabriel, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) excluiu o governador do processo.

GREVE DE FOME

Ademir Andrade lamentou ainda a intransigência do governador Almir Gabriel, que, disse, não aceita negociar com professores estaduais em greve, que reivindicam reposição salarial e melhorias nas condições de trabalho.

Lauro vê "terrorismo financeiro" contra Lula

O senador Lauro Campos (PDT-DF) afirmou que o fato de candidatos de oposição estarem cada vez mais bem colocados nas pesquisas eleitorais explica declarações de membros da equipe econômica de que o Brasil corre o risco de ser contagiado pela crise argentina.



Resultados de pesquisas fazem "poder constituído tremer", afirma Lauro

Para o senador, todo governo que se sente perdido e repudiado pela opinião pública utiliza todos os recursos possíveis para manter a população anestesiada. E é assim que Lauro Campos vê a população brasileira, em comparação à da Argentina, "que sai de casa para bater panelas" contra a crise econômica.

Lauro Campos ressaltou que, não faz muito tempo, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, diziam que os problemas que arruinaram a Argentina não perturbariam a estabilidade brasileira. Tal garantia, na opinião do senador, foi dada porque na ocasião parecia que o PSDB conseguiria uma vitória tranquila nas eleições.

— Mas eis que de repente a coisa muda. A subida dos candidatos de oposição faz tremer o poder político constituído. E então percebemos que eles passam a recorrer ao terrorismo financeiro — afirmou o senador.

Não é a primeira vez que os tecnocratas se assumem como "os maiores políticos brasileiros", disse Lauro Campos. Segundo o senador, foi graças a eles, e não aos políticos, que o Plano Cruzado conseguiu eleger 23 governadores. Em 1994, continuou Lauro Campos, o Plano Real começou a ser articulado pelos mesmos economistas que elaboraram o Cruzado. Na ocasião, disse, representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) assinalaram que a iniciativa era eleitoreira e não duraria mais que três meses. Para o senador, o FMI desconhecia que o povo brasileiro poderia ser mais anestesiado que o argentino.

Agora, com os resultados das pesquisas eleitorais e a admissão, pela equipe econômica, de que há risco de contágio pela crise argentina, Lauro Campos avalia que, mais uma vez, os tecnocratas estão pensando politicamente.

Jucá aplaude proposta de bolsas para atletas

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), aplaudiu a iniciativa do Ministério do Esporte e Turismo de criação de três tipos de bolsas para atletas. A iniciativa, disse o senador, tem o objetivo de assegurar renda mensal aos desportistas brasileiros e garantir a formação de equipes para disputar olimpíadas e campeonatos mundiais, sul-americanos e pan-americanos.



Para Jucá, iniciativa servirá para despertar interesse dos jovens pelo esporte

A proposta foi incluída no projeto de criação do Estatuto do Desporto Brasileiro, atualmente em tramitação no Congresso. Os recursos para financiar o pagamento do benefício virão de 9% do faturamento dos bingos. O governo federal, através da Caixa Econômica Federal, estuda a edição de medida provisória para regu-

lamentar o funcionamento dos bingos.

Jucá explicou que a bolsa-atleta olímpica e paraolímpica será destinada a atletas de alto rendimento que, a partir de 14 anos, apresentem índices em suas modalidades que os qualifiquem a disputar competi-

ções. A bolsa-atleta esporte beneficiará praticantes de modalidades esportivas de criação nacional, como a capoeira. A bolsa-atleta estudante tem como alvo estudantes entre 14 e 17 anos, com bons resultados esportivos nos campeonatos nacionais.

Além de formar desportistas de elite, as bolsas servirão para despertar o interesse dos jovens para os esportes, afastando-os da ameaça das drogas e da violência nas ruas, afirmou Jucá.

Mauro quer permanência do Exército em Ipameri

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez apelo ao ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e ao comandante do Exército, general Gleuber Vieira, pela permanência da 23ª Companhia de Engenharia de Combate no município de Ipameri (GO). Segundo disse, o apelo tinha motivos estratégicos, institucionais e históricos, além de levar em consideração o trabalho que a companhia tem realizado em benefício do estado de Goiás e da Região Centro-Oeste.



Mauro Miranda destacou a atuação de companhia do Exército no município goiano

Mauro Miranda destacou a contribuição ao desenvolvimento da região e a perfeita integração entre a sociedade civil e instituições militares que estiveram sediadas no município ao longo de mais de meio século. O senador lembrou os laços históricos entre a população e essas instituições desde os anos 20 do século passado, quando Ipameri se tornou sede do 6º Batalhão de Caçadores.

A integração entre a população de Ipameri e a 23ª Companhia de Engenharia de Combate é demonstrada, afirmou, pelo trabalho de conservação de estradas, construção e recuperação de pontes e outras obras. Também pelas ações de apoio so-

cial, como vacinação, doação e coleta de sangue e combate a epidemias.

Mauro Miranda salientou que a juventude de Ipameri "tem sido beneficiada por lições de patriotismo, disciplina, organização, obediência à lei e respeito e dedicação ao interesse público, tiradas da observação cotidiana dos trabalhos realizados na comunidade pela 23ª Companhia de Engenharia de Combate".

O senador Mauro Miranda ressaltou que sua reivindicação não estava ligada a questões de segurança pública, uma vez que as instituições militares não realizam função policial.

Maldaner cobra resposta firme ao protecionismo

Na opinião do senador, concessão de US\$ 190 bilhões em subsídios aos agricultores dos EUA exige atitudes fortes para defender a produção nacional. “O Brasil tem condições de avançar, mas medidas como essa nos deixam sem saída”, disse

A decisão do Congresso dos Estados Unidos de conceder US\$ 190 bilhões em subsídios aos produtores rurais daquele país exige do Brasil uma posição firme nos meios diplomáticos, avaliou Casildo Maldaner (PMDB-SC) em pronunciamento feito ontem. O senador disse que a decisão norte-americana pode trazer enormes prejuízos para a economia brasileira, uma vez que dificultará a aceitação dos produtos agrícolas do Brasil no mercado internacional.

– A decisão deixa-nos sem ex-

pectativa e pode ter fortes impactos, já que o agronegócio responde por cerca de 40% do nosso Produto Interno Bruto. O Brasil tem condições de avançar, mas medidas como essas nos deixam sem saída. Tentamos colocar nossos produtos no mercado e aí vem o desalento – observou Casildo Maldaner.

Além de pressões nos organismos internacionais, o parlamentar defendeu represálias por parte do governo brasileiro no que diz respeito à entrada de produ-

tos norte-americanos. “O governo brasileiro tem que bater mais forte e usar o que temos, defender a nossa produção e o nosso direito à sobrevivência”, pregou.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) chamou atenção para o fato de, na mesma semana em que foram concedidos os subsídios pelos norte-americanos, o governo brasileiro ter vetado a iniciativa do Senado de ampliar aos produtores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste o direito à renegociação de suas dí-

vidas. O projeto que prevê a renegociação não trata das dívidas de financiamentos feitos com recursos dos fundos constitucionais das três regiões mais pobres do país.

– O governo tem que ter uma política de inserção na globalização não subordinada aos interesses das grandes nações. A maior taxa de importação praticada pelo Brasil é 35%, enquanto os Estados Unidos chegam a estabelecer mais de 400% para alguns produtos – disse a senadora.



Casildo Maldaner afirma que o governo brasileiro “tem que bater mais forte”

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Lindberg: Estados Unidos rasgam acordo feito na OMC

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) criticou ontem a chamada *Farm Bill*, lei que aumenta em 40% os incentivos agrícolas concedidos pelo governo norte-americano aos seus produtores rurais. Ele disse que a lei vai contra o compromisso de abertura do mercado assumido pelos Estados Unidos na última reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Doha, no Qatar, em novembro do ano passado.

– A lei agrícola aprovada pelo Congresso norte-americano e sancionada pelo presidente Bush joga um balde de água fria nas pretensões dos países em desenvolvi-

mento. Com essa medida, o governo americano rasga o acordo feito na reunião da OMC e joga tudo no lixo. Diante dos subsídios aos produtores americanos, com certeza nossos produtores terão imensas dificuldades de competir com os produtos deles – acrescentou.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou, em aparte, que a análise de Lindberg não cabe apenas ao Brasil, mas a todos os países latino-americanos. Maldaner lembrou que os agricultores brasileiros lutam contra intempéries e se esforçam para produzir, e lamentou que acabem sendo surpreendidos por decisões como a do governo norte-americano.

Atitude americana é grave e perigosa, afirma Suassuna

O Brasil deve responder “com a modéstia de sua força, mas com a determinação de sua convicção”, às barreiras protecionistas impostas pelo governo norte-americano aos produtos agrícolas e siderúrgicos brasileiros, disse ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). As medidas contra a importação de produtos siderúrgicos, anunciadas há poucos dias, atingem 16 categorias de produtos pelo prazo de três anos, lembrou o senador, assinalando que as mercadorias acabadas são taxadas entre 8% e 30%.

Com base em estudos do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Suassuna



Suassuna: Estados Unidos se afastam dos compromissos na OMC

informou que as perdas potenciais do setor podem chegar a US\$ 1 bilhão em três anos e salientou que, passados esses três anos, nada garante que novas medidas não sejam anunciadas. Ele manifestou assombro com o aprofundamento do protecionismo dos Estados Unidos, que, segundo afirmou, têm se afastado dos compromissos acordados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), prejudicando o comércio internacional.

– Isso é grave e perigoso, merecendo uma resposta diplomática à altura por parte do nosso país. Não existe respaldo jurídico, nas normas

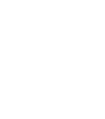
da OMC, para as medidas tomadas pelos Estados Unidos. Tenho confiança na competência e no discernimento do Ministério das Relações Exteriores para defender nossos interesses comerciais – afirmou.

Suassuna acrescentou que os Estados Unidos usam de dois pesos e duas medidas quando tratam do comércio internacional.

– Na superfície, uma retórica bonita e empolada que os quer erigir em grandes defensores do livre comércio no mundo. No íntimo, quando a concorrência os pega de calças curtas, são ágeis em estabelecer barreiras protecionistas de toda ordem, para preservar os setores ineficientes de sua economia, que não se modernizaram. É o velho “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço” – concluiu.



Lindberg Cury prevê dificuldades para produtos brasileiros

Algumas das barreiras americanas a produtos brasileiros	
	Suco de laranja: sem as restrições tarifárias, que aumentam em 56% o valor do produto, calcula-se que o Brasil ocuparia todo o mercado americano e o ganho total seria de pouco mais de US\$ 1 bilhão
	Alcool etílico: os EUA impõem uma carga tributária de 50% sobre o produto, o que eleva o valor de venda naquele país, colocando-o acima da concorrência interna
	Açúcar: a quota brasileira para o ano fiscal de 2001/2002 é de 162.422,05 t/ano. Com a introdução do sistema de quotas em 1982, as exportações de açúcar brasileiro para os EUA recuaram 60%
	Fumo: 75% do fumo utilizado na fabricação do cigarro norte-americano é produzido localmente devido a subsídios concedidos aos produtores. A quota brasileira anual é de 80.200 toneladas métricas
	Carne de frango: o quilo do frango cobrado do consumidor norte-americano (superior a US\$ 2,00) é quase o dobro do que é praticado no mercado brasileiro (R\$ 2,00) por conta do preço subsidiado
	Carnes bovina e suína: a barreira é imposta por meio de medidas sanitária devido ao registro, no passado, de contaminação por aftosa e peste suína africana (1974) do rebanho suíno brasileiro
	Frutas e vegetais: o órgão oficial americano (USDA) opera de maneira vagarosa e burocrática na realização de exames e provas para efetivo controle de doenças e pragas, bem como as análises de risco
	Siderurgia e ferro-ligas: o Brasil é um dos países mais atingidos pelas medidas de defesa comercial aplicadas pelos Estados Unidos. As sobretaxas vão de 6% a 142%

Fonte: Barreiras às exportações brasileiras [Secex, 2001]. Alca – Ganhos potenciais do Brasil na agricultura [Cemex, 2001]

TV Senado lança documentário sobre Juscelino

O documentário *JK: um Cometa no Céu do Brasil*, produzido pela TV Senado, foi lançado ontem, no Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, na Câmara dos Deputados, com a presença do senador Francelino Pereira (PFL-MG), membro da Comissão Mista Especial do Centenário de JK.

O lançamento do documentário faz parte das comemorações organizadas pela comissão em homenagem ao centenário do ex-presidente. A cineasta Maria Maia assina a pesquisa, roteiro e direção do documentário, que relata a infância de Juscelino e sua trajetória até a Presidência da República.

O documentário apresenta depoimentos de personalidades como Celso Furtado, Oscar Niemeyer e Maristela Kubitschek, e dos senadores Pedro Simon e José Sarney.

Filme e debate abordam situação do Timor Leste

O filme *Timor Lorosae: o Massacre que o Mundo não Viu*, longa-metragem dirigido por Lucélia Santos sobre o Timor Leste, foi exibido ontem no Auditório Petrônio Portella, do Senado. Após a exibição, houve um debate sobre a situação do Timor.

O evento foi promovido pelo gabinete da senadora Marina Silva (PT-AC) em parceria com a Secretaria de Comunicação Social e a Subsecretaria de Relações Públicas do Senado.

Entre os debatedores estavam o deputado federal Fernando Gabeira, o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Vagner Caldeira, e a cineasta Lucélia Santos.

SABATINA NA CCJ

CCJ aprova Gilmar Mendes para o Supremo

Por 16 votos a seis, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, após mais de quatro horas de debates, parecer favorável à indicação do advogado-geral da União, Gilmar Ferreira Mendes, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A mensagem presidencial vai agora à deliberação do Plenário.

Em sua exposição, Gilmar Mendes fez uma “profissão de fé” na Constituição de 1988. Ele observou que, apesar de muito criticada, ela conseguiu garantir ao país estabilidade institucional mesmo em situações de crise política, como a que resultou no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor. “A História está a fazer justiça à Constituição”, afirmou.

No voto favorável à indicação, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da mensagem, classifica Gilmar Mendes como “homem público de exitosa carreira” e elogia a disposição do advogado de “compartilhar seu saber jurídico com a sociedade e o Estado brasileiros”.

Doutor em Direito pela Universidade de Münster, na Alemanha,



Bernardo Cabral
ouve exposição de
Gilmar Mendes
(E) durante a
sabatina

Fotos: Célio Azavedo

com tese sobre “O Controle Abstrato de Normas Perante a Corte Constitucional Alemã e Perante o Supremo Tribunal Federal”, Gilmar Mendes é advogado-geral da União desde o ano 2000. Ele exerceu outros cargos de confiança no governo, como os de subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República e assessor técnico do Ministério da Justiça.

A sua estreita relação com o Executivo foi um dos pontos abordados pelos senadores ao longo da sabatina. Gilmar Mendes disse que trabalhará “com toda a tranqüilidade” no Supremo, declarando-se impedido em casos específicos de ações em que se tenha manifestado como advogado-geral.

A indicação do jurista começou a ser analisada na semana passada. Mas o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva do parecer elaborado por Alcântara, após discussão sobre documento que apontava a existência de ações judiciais contra o advogado-geral. O documento havia sido entregue a Cabral pelo ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Regionaldo Oscar de Castro.

des indicadas pelo Poder Executivo. Ele observou que os dois ministros do Supremo escolhidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso – Nelson Jobim e Ellen Gracie – vêm sendo tratados informalmente, no meio jurídico, como “líder” e “vice-líder” do governo no STF.

Dutra perguntou a Mendes se ele havia tido participação na 22ª reedição de uma medida provisória – publicada sob o nº 2.049 – que garantiu ao cargo de advogado-geral condição semelhante à de ministro de Estado. Mendes negou que tivesse participado da elaboração da medida, mas afirmou que o advogado-geral pode ser considerado, de fato, um ministro, por ser sujeito a responder por crime de responsabilidade.

Diante de elogios feitos por senadores à atuação de Gilmar Mendes na Advocacia Geral da União, a senadora Marina Silva (PT-AC) alertou para uma possível confusão entre os interesses do governo e dos governantes. A defesa do Estado, afirmou a senadora, “não pode ser feita de maneira arbitrária, especialmente quando fere os interesses do cidadão”.

Para Alcântara, polêmica em torno da indicação foi positiva

A polêmica surgida em torno da escolha do advogado-geral da União, Gilmar Mendes, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), foi um fato positivo, pois em nenhum momento ele foi questionado por falta de saber jurídico ou de boa reputação, mas por restrições de natureza política. Esta foi a avaliação feita pelo relator da mensagem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

– Gilmar Mendes é um personagem notório, pelo cargo que ocupa, pelas decisões que tomou e por seu estilo pessoal. Por isso, talvez, tenha sido alvo de tantas manifestações contrárias. Seria ilícito supor ou imaginar que alguém não tenha os requisitos para chegar ao Supremo por ter assumido posturas políticas – disse, citando casos de políticos que desempenharam com isenção o cargo de ministro do STF.

Alcântara registrou ainda que nunca antes havia sido realiza-

do exame tão minucioso de uma indicação a um tribunal superior, tanto por parte dos senadores como da sociedade, que se manifestou por meio de críticas e elogios, muitos deles feitos por nomes de grande respeitabilidade. Apesar de registrar o recebimento de expedientes, principalmente de advogados, favoráveis e contrários a Gilmar Mendes, o relator disse que não pôde considerá-los em seu parecer, já que não tinham legitimidade de iniciativa.

O relator também se referiu às críticas ao sistema de escolha de ministro para o STF. Para que alterações sejam feitas, Lúcio Alcântara sugeriu o caminho institucional, por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC). O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também relator da proposta de reforma do Judiciário, acolheu emendas do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) estabelecendo a necessidade de quarentena para ex-ministro.

Relação com Poder Executivo marcou a sabatina

Ao iniciar a sabatina do advogado-geral da União, Gilmar Ferreira Mendes, escolhido para ocupar uma vaga de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse nunca ter visto indicação tão polêmica para o STF. “Meu gabinete está cheio de e-mails contra e a favor de sua indicação, que demonstram um clima de torcida que não é bom para quem pretende ser ministro do Supremo Tribunal Federal”, afirmou.

Como um dos motivos da polêmica era a participação de Gilmar Mendes no governo, o senador quis saber a opinião do advogado-geral da União a respeito do instituto da quarentena

previsto na proposta de reforma do Judiciário.

Em resposta, Mendes disse que a idéia da quarentena precisaria ser aprimorada. “Coloco em dúvida o modelo”, afirmou o advogado-geral, ao sustentar que legislação demasiado rígida poderia afastar do STF profissionais com grandes conhecimentos jurídicos. Ao justificar sua posição, citou ainda o caso do ex-ministro Victor Nunes Leal, que, indicado para o Supremo pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, teria agido com “correção absoluta” no exercício do cargo.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lamentou que o Senado venha tratando como “mera formalidade” a sabatina de autoridade



Senadores da Comissão de Justiça acolheram a mensagem indicando o nome de Gilmar Mendes após mais de quatro horas de discussão

Natural de MT, jurista recebe apoio dos senadores do estado

Os senadores da bancada de Mato Grosso no Senado foram unânimes em apoiar a indicação de Gilmar Mendes, nascido no município de Diamantino (MT), para ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador Antero Paes de Barros (PSDB) afirmou que é um orgulho para o estado ter um representante no STF. “A inteligência jurídica de Mato Grosso finalmente foi reconhecida com essa indicação do presidente”, disse o senador. Para ele, Gilmar Mendes sempre atuou com base na convicção de que é necessário impedir a ação daqueles que buscam se utilizar do Estado em benefício privado.

A infância humilde de Gilmar Mendes na região da Chapada dos Parecis foi destacada pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), para quem a indicação “engrandece o país, por reconhecer o valor de alguém que galgou tantos degraus na sua vida”.

Já o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que o estado de Mato Grosso sentia-se honrado com a indicação de Gilmar Mendes, considerado por ele como um grande defensor do interesse público. O irmão de Gilmar Mendes, Francisco, atual prefeito de Diamantino, esteve presente à reunião da CCJ, para acompanhar a sabatina.

SABATINA NA CCJ

Senadores ressaltam competência e reputação de indicado para o STF

Apesar das críticas feitas pelos colegas de oposição, diversos senadores elogiaram, durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a indicação do advogado-geral da União, Gilmar Mendes, para ocupar vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), Gilmar Mendes é jurista de reconhecida competência e indiscutível idoneidade. Conforme Calheiros, Gilmar Mendes, à frente da Advocacia Geral da União (AGU), montou um moderno sistema de defesa do interesse público.

— Conheço de perto sua capacidade de trabalho, seu temperamento equilibrado e seu senso de justiça. Gilmar Mendes tem todas as qualidades para exercer o cargo de ministro do STF.

O senador ouviu de Gilmar Mendes que a legislação processual vem consolidando o efeito vinculante por “vias transversas”, impedindo recursos sobre matérias pacificadas. Para ele, o mecanismo pode desempenhar papel importante para agilizar as decisões judiciais.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou seu voto favorável à indicação, dizendo não ter como contrariar as diversas declarações de apoio ao nome de Gilmar Mendes, assinadas por personalidades da área jurídica. “Se apóiam é porque o indicado tem estatura para figurar entre os quadros do STF”, afirmou.

DEMOCRACIA

Já o senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu que, no STF, Gilmar Mendes busque evitar “a litigância de má-fé”, abuso que, na sua opinião, não combina com democracia. “É preciso mais rigor e encontrar caminhos para evitá-lo”, disse.

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), destacou a importância da reunião realizada pela CCJ para melhor definir os critérios constitucionais de reputação ilibada e notório saber, necessários para identificar pessoas em condições de ocupar o cargo de ministro do STF. Ele agradeceu a participação da oposição que, por ter argüido o indi-

cado de maneira aberta e direta, afastou dúvidas sobre sua conduta e idoneidade.

Para o senador Waldeck Ornéas (PFL-BA), a única característica de Mendes que pode ser discutida é o fato de ele ser um homem polêmico por ter, como servidor público, cumprido com zelo as suas funções. “Precisamos de ministros polêmicos, capazes de interpretar as leis de modo dinâmico, criando jurisprudência que sejam referências para a democracia brasileira.” O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) acredita que Mendes se credenciou ao cargo ao assumir posições claras sobre causas controversas.

REPUTAÇÃO

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) ressaltou a reputação de Mendes junto à comunidade acadêmica de Brasília, por ser ciente da necessidade de passar para as novas gerações os conhecimentos acumulados. Na AGU, continuou, construiu autoridade moral para atuar no STF.

Para o senador José Fogaça (PPS-RS), a indicação de alguém que exerceu cargo de relevância e grande exposição pública é um benefício ao STF. O senador também defendeu o atual sistema de indicação de ministros para os tribunais superiores, por assegurar o mecanismo de pesos e contrapesos entre os poderes da União.

Ele também considera que as novas regras para a edição de medidas provisórias equilibrou o processo de elaboração de leis, pois foi instituído o fator de risco, representado pela possibilidade de rejeição da legislação sugerida pelo Executivo. “Isso faz com que o presidente pense nos critérios de urgência e relevância, que passam a ser conceitos mais realistas.”

Questionado pelo senador Antonio Carlos Junior (PFL-BA), Gilmar Mendes afirmou que tem defendido o mecanismo do incidente de constitucionalidade, presente na proposta de reforma do Judiciário em tramitação no Senado, apenas como função subsidiária de outros instrumentos, como a ação direta de inconstitucionalidade.



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou nome de Gilmar Mendes por 16 votos a seis

Simon defende Legislativo mais atuante

Ao comparar o papel desempenhado pelo Senado dos Estados Unidos com o do Brasil, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou o fato de o Legislativo brasileiro não aproveitar sua prerrogativa constitucional de analisar os nomes indicados para agências reguladoras do mercado e missões diplomáticas para participar com maior responsabilidade em assuntos de grande importância para o país.

— O que deveremos fazer para alterar essa situação? O papel da Comissão de Relações Exteriores é praticamente nulo. Nos Estados Unidos, os membros da Suprema Corte são indicados pelo presidente da República, levando em consideração a apreciação do Senado — analisou Simon durante a sabatina, na CCJ, do advogado-geral da União, Gilmar Mendes, indicado para o cargo

de ministro do STF.

O senador quis saber de Gilmar Mendes o que é necessário fazer para que os conceitos de urgência e necessidade para a edição de medidas provisórias (MPs) sejam respeitados. De acordo com Simon, instrumentos como a MP, em outros países, só são usados quando absolutamente indispensáveis.

Em resposta, Gilmar Mendes disse ser a favor de que se encontre uma forma adequada de compatibilizar as responsabilidades na atuação do Legislativo e do Executivo. “A medida provisória é uma forma de assegurar a agilidade da administração, mas é preciso que seja disciplinada constitucionalmente”, declarou.

MORDAÇA

Gilmar Mendes afirmou também ser contrário à chamada “lei da mordaca”, mas ponderou que,

em um estado democrático de direito, a pessoa precisa se defender sobre acusações concretas. Ele também registrou práticas abusivas, como procuradores que vazam informações à imprensa para depois abrir inquérito. Simon disse que diverge da opinião do indicado, pois, na sua opinião, a investigação não pode começar somente depois de feita denúncia formal.

O indicado disse ainda que seria favorável ao cumprimento de prazos reduzidos para pedido de vista de processos por ministros do STF. Mas a realidade do tribunal, continuou, em que milhares de ações aguardam julgamento, torna a adoção de uma regra desse tipo temerária. Por fim, Gilmar Mendes afirmou ao senador que não faz parte do círculo íntimo do presidente da República. “Sou um funcionário dele”, definiu.

Mozarildo destaca apoio de associação de servidores da AGU

Ao defender a indicação do advogado-geral da União, Gilmar Mendes, para ocupar vaga de ministro do STF, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez a leitura de manifesto de apoio ao indicado encaminhado pela Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos da Advocacia Geral da União (Unagu).

A associação destaca no documento que Gilmar Mendes, durante todo o período em que esteve à frente da Advocacia Geral da União, preocupou-se com a defesa das prerrogati-

vas dos membros da carreira consultiva e interveio diretamente para garantir a atuação independente e compromissada com os anseios sociais.

Mozarildo Cavalcanti também apresentou um breve currículo do indicado, que é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor pela Universidade de Münster, na Alemanha. Gilmar Mendes, como procurador da República, atuou no STF entre 1985 e 1988.

— É certo que a postura do ministro Gilmar Mendes pode ser considerada controvertida,



Mozarildo Cavalcanti apresentou à Comissão de Justiça breve currículo de Gilmar Mendes

porque ele expõe claramente o que pensa. Em alguns momentos pode contrariar esse ou aquele setor do Poder Judiciário, mas a democracia é isso mesmo: a convivência de opiniões diferentes — afirmou Mozarildo Cavalcanti.

Novas regras para substitutos do leite materno

Comissão de Assuntos Sociais acolheu matéria que regulamenta comercialização de leite modificado e em pó, além de artigos infantis, como mamadeiras e chupetas. A proposta deve seguir para apreciação na Câmara dos Deputados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) a projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comercialização de substitutos do leite materno. O projeto, que pretende incentivar o aleitamento materno, trata também da promoção comercial e da rotulagem de leite em pó e artigos usados por crianças de primeira idade, como mamadeiras, bicos, mordedores e chupetas. A proposição segue para a Câmara, exceto se houver recurso de no mínimo um décimo dos senadores para que seja submetida ao



Proposta do senador Geraldo Cândido, com substitutivo de Geraldo Althoff, estabelece que alimentos para bebês devem seguir padrão da OMS

Plenário do Senado.

De acordo com o projeto, são considerados substitutos do lei-

te materno, consumidos por crianças menores de dois anos, leites infantis modificados, leite em

pó, alimentos complementares e bebidas à base de leite ou não. O projeto também estabelece que os alimentos para bebês terão de obedecer a padrões de qualidade estabelecidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O texto aprovado prevê ainda que a promoção comercial de produtos infantis que possam ser utilizados como alimentos para as crianças incluirá, em caráter obrigatório, advertência de que não devem ser fornecidos ao lactente nos primeiros seis meses de vida, salvo sob orientação

médica. Ficam proibidas ilustrações, fotos ou imagens de bebês que possam induzir o consumo do produto como sendo ideal para a alimentação de crianças.

Geraldo Cândido, autor do projeto original, afirmou que o desmame precoce prejudica os bebês e informou que, a cada ano, morrem no mundo mais de um milhão de crianças porque não foram adequadamente amamentadas. O senador destacou que sua proposta, além de incentivar o aleitamento materno, cria uma série de normas para as indústrias que fabricam substitutos do leite materno e artigos de puericultura.

Althoff propõe manter Divisão de Operações Aéreas

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) lamentou a transferência da Divisão de Operações Aéreas da Polícia Rodoviária Federal, sediada em seu estado, para o Rio Grande do Sul. A divisão, que conta com um helicóptero usado em resgate e atendimento pré-hospitalar, foi transferida por determinação do Departamento da Polícia Rodoviária Federal, sediado em Brasília, segundo informou o senador.

Althoff disse que a sociedade civil, a classe política e os sindicatos dos policiais rodoviários do estado foram surpreendidos com a decisão, que classificou de equivocada e "tomada sem qualquer tipo de encaminhamento prévio".

O senador reconheceu que é justo que o Rio Grande do Sul também conte com os serviços prestados pela Divisão de Operações Aéreas da Polícia Rodoviária, mas observou que isto não pode ser feito em prejuízo de Santa Catarina. Ele ressaltou a importância do helicóptero na chamada Operação Verão, quando é utilizado no resgate de banhistas, e reivindicou a volta da divisão para seu estado, lembrando o intenso fluxo de turistas que ocorre de dezembro a fevereiro.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), em aparte, disse que é preciso protestar junto ao Ministério da Justiça contra a decisão.

Adiada votação para diretor da Agência de Vigilância Sanitária

Um pedido de vista coletiva, encabeçado pelo senador Tião Viana (PT-AC), adiou a votação, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da mensagem presidencial destinada a reconduzir Ricardo Oliva, por três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP), marcou para a próxima quarta-feira nova reunião para que a CAS se pronuncie sobre a indicação de Oliva, bem como sobre a de Cláudio Maierovitch Pessanha

Henriques para a diretoria de Medicamentos da Anvisa.

Tião Viana deixou claro que o pedido de vista não tinha relação com as qualidades morais e profissionais de Ricardo Oliva para dirigir a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. É que, segundo observou, a comissão não poderia votar a recondução de Oliva sem antes ouvir, em audiência pública, o atual diretor de Medicamentos da agência, Luiz Felipe Moreira Lima, que chegou a classificar a Anvisa, em depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado, de um autêntico "balcão de negócios".

— Mas não fica só nisso. Luiz Felipe Moreira Lima denunciou à imprensa que os grandes laboratórios de medicamentos conseguem impor os seus interesses jun-

to ao governo federal. Isso é muito grave e deve ser apurado — afirmou Tião Viana.

O senador lembrou que chegou a apresentar requerimento, convidando Luiz Felipe para prestar esclarecimentos à CAS na última terça-feira, mas, acrescentou, a audiência pública não foi realizada por falta de quórum. Tuma considerou as denúncias graves e comprometeu-se a marcar nova audiência pública, antes da próxima quarta-feira, para ouvir Luiz Felipe Moreira Lima.

Apesar de a comissão não ter votado a indicação, os senadores presentes ouviram Ricardo Oliva, que fez um balanço da atuação da Anvisa nos últimos três anos. Ele garantiu que, no período, houve mudança radical na área de fiscalização sanitária, principalmente

com relação às indústrias de palmito, em virtude da incidência do botulismo. De um total de 400 indústrias que estavam em operação no país, a maioria na região Norte, nada menos do que 230 foram fechadas por apresentarem graves falhas no processamento e no acondicionamento do produto, informou.

Ricardo Oliva destacou ainda o que chamou de firme atuação da Anvisa em relação às empresas que beneficiam o sal de cozinha e à criação do programa de análise de alimentos. Cláudio Maierovitch também falou aos membros da CAS, prestando informações sobre o trabalho da Anvisa no sentido de melhorar a qualidade dos exames feitos no país, principalmente os relacionados a doenças sexualmente transmissíveis.



Próxima reunião da CAS, convocada por Tuma (D), deverá também decidir sobre indicação de Cláudio Henrique para Diretoria da Medicamentos

Lindberg elogia boa campanha do Brasiliense

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) elogiou ontem a campanha vitoriosa do Brasiliense no Campeonato Brasileiro de Futebol. Lindberg também se referiu ao Gama, que chegou às finais do torneio do Centro-Oeste e, em 2000, foi campeão brasileiro da segunda divisão. Ele disse que o Brasiliense, que disputa a final da Copa do Brasil, "surpreendeu a todos, não só pelo ineditismo da situação, mas principalmente pela excelência do futebol praticado".

Segundo o senador, o esporte em Brasília atingiu a maioria, o que levou a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a nomear o presidente da Federação Metropolitana de Futebol, Weber Magalhães, como chefe da delegação brasileira na Copa do Mundo. Ele também lembrou a convocação do auxiliar de arbitragem Jorge Paulo, que integrará a equipe de árbitros que atuará na Copa.



Para Lindberg Cury, Brasiliense surpreendeu pela qualidade do futebol praticado

Infra-Estrutura aprova novo diretor do DNIT

Miguel Nunes, que terá agora seu nome submetido a votação no Plenário, afirmou que a autarquia pode recuperar, no prazo de um ano, os 12 mil quilômetros da malha rodoviária federal mais deteriorada, desde que haja continuidade de recursos

Moreira quer mudar a MP do Código Florestal

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) reafirmou ontem que continua a se abster de votar qualquer matéria da pauta do Senado até que seja colocada na ordem do dia a Medida Provisória nº 2.166, de 2001, que reformula o Código Florestal e altera o Imposto Territorial Rural (ITR).

Ele defende alteração do artigo 16 da MP, argumentando que o dispositivo engessa 80% da área das propriedades privadas em seu estado e em toda a Amazônia. "Continuo com o meu protesto no sentido de sensibilizar os parlamentares desta Casa e do Congresso no sentido de que a MP seja discutida e votada", disse.

Moreira Mendes salientou que Rondônia quer preservar o meio ambiente, e citou como exemplo o fato de o seu estado ter sido o primeiro a aprovar uma lei de zoneamento socioecológico amplamente discutida com a sociedade, com embasamento técnico-científico e com custos consideráveis para os cofres da União e do estado – aproximadamente US\$ 20 milhões.

Mas, na sua opinião, enquanto a MP continuar em vigência, o dinheiro investido na lei de zoneamento estará sendo literalmente jogado no lixo.

Moreira informou ainda que se encontram em Brasília o presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Natanael Silva, com vários deputados estaduais, e os presidentes das federações das Indústrias, do Comércio e da Agricultura, além de outras autoridades rondonienses, todos interessados em clamar deputados e senadores a votarem a medida provisória. O senador leu requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa do estado em favor dessa mobilização.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem parecer do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) favorável à indicação do nome do engenheiro Miguel Dario Ardissonne Nunes, feita pelo presidente da República, para o cargo de diretor de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). A indicação recebeu 18 votos favoráveis e um contrário. A matéria agora vai ao Plenário.

De acordo com a Lei nº 10.233, que promoveu a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, o DNIT tem a incumbência de implementar a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante construção de novas vias e terminais, segundo as diretrizes e princípios estabelecidos.

Em resposta ao presidente da comissão, senador Alberto Silva



Ao lado de Alberto Silva (D), presidente da comissão, Miguel Nunes fala aos senadores

(PMDB-PI), Miguel Nunes afirmou, durante a sabatina, que o DNIT poderia recuperar, em um ano, os 12 mil quilômetros da malha rodoviária federal considerados os mais deteriorados, desde que haja continuidade de recursos.

PRIORIDADE

Miguel Nunes afirmou que a recuperação das rodovias é programa prioritário do DNIT, em fase de implantação. Ele citou o Programa de Manutenção e Restauração, lançado em julho de 2001, que já contratou a recuperação de aproximadamente 12 mil quilômetros,

estando hoje com cerca de 35% das obras executadas.

O engenheiro explicou que o programa consiste na recuperação de segmentos rodoviários através de intervenções de baixo custo nas pistas e acostamentos, que, depois, devem ser conservados pela mesma empresa até completar dois anos de contrato, dentro de parâmetros estabelecidos e a preço fixo por quilômetro.

O senador Mauro Miranda ressaltou que a deterioração das rodovias causa prejuízos expressivos à economia, pois aproximadamente

95% dos passageiros e 60% das cargas transitam por elas. Ele acrescentou que o Congresso fez a sua parte, pois já votou a taxa sobre os combustíveis, que permitirá ao DNIT dispor de recursos para a recuperação da malha rodoviária.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI do Roubo de Cargas, lembrou que as más condições das estradas "facilitam a vida dos bandidos". Ele também criticou os preços dos pedágios. Em vários trechos, segundo o senador, os caminhoneiros preferem utilizar estradas vicinais para fugirem à cobrança do pedágio, o que acaba contribuindo para a deterioração dessas estradas, que não foram projetadas para suportar grandes cargas.

Participaram ainda da sabatina os senadores Francisco Escórcio (PMDB-MA), Benício Sampaio (PPB-PI), Marluce Pinto (PMDB-RR), Paulo Souto (PFL-BA), Luiz Otávio (PPB-PA), Leomar Quintanilha (PFL-TO), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

Senador alerta contra projeto que pode prejudicar taxistas

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) advertiu ontem que, se aprovado, o projeto de lei da Câmara dos Deputados, em exame no Senado, que proíbe a transferência de licença de taxistas permissionários para terceiros prejudicará os motoristas de praça.

Na sua avaliação, a medida poderia provocar o desemprego de milhares de motoristas auxiliares só no seu estado, a Bahia. A matéria, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, é de iniciativa do deputado Adolfo Marinho e altera dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro.

— Se aprovado o projeto, seria vedada a transferência da placa do táxi do permissionário para algum membro da própria família, em caso de morte ou invalidez, deixando-a sem sustento — enfatizou.

Antonio Carlos Júnior de-



Antonio Carlos disse que, se aprovada, medida provocará desemprego de motoristas

clarou que votará contra a proposta, que "vem de encontro aos interesses da classe taxista, já tão sacrificada".

Na opinião do senador, o projeto prejudicaria também os usuários, além de desempregar motoristas — por proibir a atuação de auxiliares —, e diminuiria a oferta de táxi à coletividade.

Maranhão e Piauí recebem recursos do Banco Mundial

O presidente em exercício do Senado, Edison Lobão, participou ontem, no Ministério da Integração Nacional, da solenidade de liberação de recursos do Banco Mundial da ordem de US\$ 1,45 milhão — o equivalente a R\$ 3,65 milhões — que serão destinados a plano de desenvolvimento da região do Vale do Parnaíba, que abrange 276 municípios dos estados do Maranhão e do Piauí.

O senador ressaltou a importância da iniciativa para o futuro do Maranhão, estado que representa no Senado. O convênio foi assinado pela ministra interina da Integração, Dayse Kinzo, e pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Airson Bezerra Lócio.

Os recursos serão utilizados na elaboração de plano de ação com a cooperação técnica da Organização dos Estados Americanos (OEA). Com a participação das



Solenidade de liberação contou com a presença de Edison Lobão e outros senadores

comunidades, ouvidas em audiências públicas, serão identificadas possibilidades de desenvolvimento econômico, incluindo as áreas de turismo e lazer.

A expectativa é a de que o planejamento esteja concluído em um ano e meio, mas projetos específicos poderão ser iniciados antes desse prazo, com a utilização de recursos do Orçamento da União.

Também compareceram à solenidade os senadores Francisco Escórcio (PMDB-MA) e Benício Sampaio (PPB-PI).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Trabalho de Carlos Bezerra recebe elogios

Parlamentares de diferentes partidos foram unânimes ontem em elogiar o trabalho desenvolvido pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) na presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Segundo relataram, o senador imprimiu agilidade no exame das matérias e no cumprimento dos prazos regimentais.

Carlos Bezerra fez breve pronunciamento de despedida e de agradecimento, antes de instalar a nova direção da CMO, escolhida pelas lideranças partidárias e eleita por aclamação na reunião de ontem.

A nova direção da CMO ficou assim constituída: presidente, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA); 1º vice-presidente, senador Freitas Neto (PSDB-PI); 2º vice-presidente, deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA); 3º vice-presidente, senador Tião Viana (PT-AC); relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), senador João Alberto Souza (PMDB-MA); e relator-geral do Orçamento Geral da União (OGU), senador Sérgio Machado (PMDB-CE).

Carlos Bezerra agradeceu o empenho de todos os parlamentares em garantir o êxito dos trabalhos, destacando que, apesar das turbulências surgidas na base do governo, a CMO soube superá-las e desempenhar bem o seu papel na aprovação da LDO e do Orçamento para 2002 e na fiscalização da aplicação do dinheiro público.

Após assumir a presidência da CMO, o deputado José Carlos Aleluia conclamou os parlamentares dos partidos com candidatos à Presidência da República a uma participação mais incisiva na discussão dos orçamentos públicos, para inclusive diluírem as apreensões existentes hoje na sociedade. Ele chamou a atenção sobre o caráter inusitado da LDO e do OGU para 2003, que serão cumpridos e executados por um governo que ninguém ainda sabe qual será. Isso, para ele, deixa nítida a impressão de que "vamos discutir aqui um orçamento do Estado brasileiro" e não do governo de um determinado partido.



O senador Carlos Bezerra (E) passa a presidência da Comissão Mista de Orçamento ao deputado José Carlos Aleluia

Fotos: José Cruz

“Não queremos mais cortes no escuro”, afirma João Alberto

O Congresso não deveria mais aceitar cortes orçamentários “feitos no escuro”, ou seja, sem consulta prévia do governo à Comissão Mista de Orçamento. Essa foi a opinião externada ontem pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2003, após entendimentos com vários parlamentares que vão examinar as peças orçamentárias do próximo ano.

João Alberto avaliou como inquestionável a manutenção do superávit primário de R\$ 40 bilhões nas contas públicas, como forma de se garantir o combate à inflação e a estabilidade da moeda nacional. Entretanto, “temos de encontrar fórmulas que sejam capazes de impedir mudanças bruscas feitas pelo governo naquilo que foi debatido e aprovado pelos parlamentares”. As emendas que forem aceitas e passarem a integrar a lei orçamentária devem ser respeitadas, defendeu.

Para o senador, o importante a se conseguir na condução dos trabalhos em torno da nova LDO é “uma proposta enxuta, mas que tenha caráter impositivo, no sentido de que será rigorosamente respeitada, principalmente na execução orçamentária”.

João Alberto informou ainda que, na próxima semana, terá reunião de trabalho com o mi-

nistro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Gomes Dias, para discutir com ele os parâmetros básicos que pretende imprimir à relatoria, buscando a cooperação do governo e um compromisso de respeito ao trabalho parlamentar. As idéias básicas que pretende adotar já foram discutidas com o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), responsável por sua designação como relator.

O primordial, para João Alberto, é que a lei orçamentária seja rigorosamente obedecida. Enquanto não se aprova uma emenda constitucional determinando o orçamento impositivo, há que se fazer um acordo para que o governo garanta o cumprimento da lei que sair aprovada do Congresso. “Vou encontrar meios para que possamos ter já em 2003 um orçamento que seja realmente acatado por todos”, declarou.

João Alberto disse que também irá discutir com os parlamentares da CMO a imposição de um limite no total dos recursos previstos para cada emenda parlamentar (de R\$ 2 milhões). A idéia, explicou, é garantir maior pulverização, de modo que uma emenda individual não venha a beneficiar um único município e um único projeto. Cada projeto poderia, por exemplo, nunca receber mais do que 20% da cota destinada a cada emenda individual.



João Alberto considera essencial que a lei orçamentária seja rigorosamente obedecida

Nova composição

A nova composição da Comissão Mista de Orçamento, conforme designação das lideranças partidárias no Senado e na Câmara, foi aprovada na reunião de ontem. Os novos integrantes da comissão serão responsáveis, principalmente, pela tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Orçamento Geral da União (OGU) para 2003, e pela análise e revisões do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e pelo exame de pedidos de créditos suplementares.

PMDB

Amir Lando (RO)
Gilberto Mestrinho (AM)
Gilvam Borges (AP)
Marluce Pinto (RR)
Nabor Júnior (AC)
Sérgio Machado (CE)

PFL

Jonas Pinheiro (MT)
José Jorge (PE)
Leomar Quintanilha (TO)
Moreira Mendes (RO)
Mozarildo Cavalcanti (RR)

PTB

Carlos Patrocínio (TO)

PSB

Ademir Andrade (PA)

Bloco PT/PDT/PPS

Heloísa Helena (PT-AL)
Osmar Dias (PDT-PR)
Sebastião Rocha (PDT-AP)
Tião Viana (PT-AC)

Bloco PSDB/PPB

Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
Freitas Neto (PSDB-PI)
Romero Jucá (PSDB-RR)
Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB)

PL

José Alencar (MG)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Relator propõe que fórum do TRT-SP possa receber verbas para sua conclusão

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO) parecer favorável a projeto que retira os dois prédios inacabados do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) da lista de obras com irregularidades. Com isso, o TRT paulista voltará a receber verbas do Orçamento federal para sua conclusão.

As obras estão paralisadas desde que foram descobertos desvios de R\$ 169 milhões de verbas orçamentárias, o que acabou levando à prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto e à cassação do senador Luiz Estevão, do Distrito Federal. O novo presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), afirmou que já há consenso no Congresso em concordar com o Tribunal de Contas da União (TCU), que enviou documento à CMO propondo a retirada dos edifícios do TRT-SP da lis-

ta, porque os responsáveis pela corrupção já estão sendo punidos. O TCU decidiu que os envolvidos devem devolver o dinheiro aos cofres públicos e ainda pagar multas de R\$ 10 milhões. Eles também respondem a processos na Justiça Federal.

Moreira Mendes vai pedir ao deputado José Carlos Aleluia que coloque na pauta de votações, "o mais rápido possível", o projeto de decreto legislativo que pode levar à retomada das obras. Ontem, a comissão promoveu audiência pública para discutir o assunto, quando ouviu o presidente e o diretor administrativo do TRT, o secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil – seção São Paulo – e o engenheiro-chefe do Banco do Brasil. Os engenheiros do BB calcularam que a conclusão das obras poderá ocorrer em 24 meses e exigirá mais R\$ 45 milhões. O edital para escolha da empresa construtora depende



Roosevelt Pinheiro

Moreira Mendes é a favor do projeto que retira os dois prédios do TRT-SP da lista de obras irregulares

apenas da aprovação do parecer de Moreira Mendes.

O engenheiro Joaquim Andrade Filho afirmou aos deputados e senadores que, ao contrário do publicado na imprensa, as duas torres do TRT não chegam "nem aos pés" do luxo dos prédios públicos de Brasília e sua equipe decidiu aproveitar "praticamente tudo" que já foi construído. Exatamente 57% dos R\$ 45 milhões necessários serão usados em instalações hidráulicas, elétricas, ar-condicionado e acabamentos comuns. "Não haverá mármore nem granito nos prédios."

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) lamentou que o TRT paulista já tenha recebido verbas federais no total de R\$ 430 mi-

lhões e que os desvios de dinheiro tenham sido descobertos quando já somavam R\$ 169 milhões.

O governo incluiu no Orçamento deste ano R\$ 15 milhões para o tribunal, mas o Congresso reduziu a verba a R\$ 900 mil, porque a obra ainda se encontra na lista do TCU. Esses recursos seriam usados para evitar sucateamento e pagar vigilância – os prédios chegaram a ser ocupados por invasores sem teto. O ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho Almir Pazzianotto decidiu usar no TRT-SP cerca de R\$ 8 milhões da verba de R\$ 17 milhões para investimentos neste ano em toda a Justiça trabalhista. O dinheiro só sairá, no entanto, com a aprovação do projeto relatado por Moreira Mendes.

Juiz lembra que aluguel custa ao tribunal R\$ 6 milhões por ano

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), juiz Francisco Antônio de Oliveira, defendeu ontem na Comissão Mista de Orçamento a conclusão das obras do fórum trabalhista, ponderando que o aluguel "de dois edifícios precários" está custando ao tribunal R\$ 6 milhões por ano. Assim, em sete anos serão gastos quase os mesmos R\$ 45 milhões necessários à finalização das duas torres, cujas obras foram suspensas assim que se descobriram desvios de verbas públicas.

– A Justiça trabalhista de São Paulo enfrenta um verdadeiro caos, ocupando prédios que têm inclusive andares interditados pela prefeitura. São inadequados, com fiação elétrica velha, o que nos deixa apavorados com a possibilidade de um incêndio provocado por curto-circuito – afirmou. Existem na Justiça trabalhista de São Paulo cerca de 300 mil processos, o que representa 25% de todas as ações da área no país.



Geraldo Magela

Para o juiz Francisco Antônio de Oliveira (ao microfone), aluguel consumirá em sete anos recursos suficientes para concluir a sede do TRT-SP

O caos é provocado não apenas pelas instalações, mas também pela falta de pessoal. Existem varas com mais de 12 mil processos para apenas um juiz e sete funcionários, que trabalham em salas pequenas que nem sempre têm banheiro. "Precisamos de pelo menos mil novos funcionários, mas não temos autorização para ampliar o quadro de pessoal." O TRT paulista foi informado pela Previdência Social que as decisões de seus juízes levaram aos cofres do INSS, no ano

passado, R\$ 760 milhões que seriam sonogados, principalmente por empresas.

Já o secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, Valter Uzzo, observou que nada justifica o país manter "aquele monumento à corrupção". Sem o fim das obras, "os grandes punidos por toda essa história de corrupção são os trabalhadores que recorrem à Justiça do Trabalho atrás de seus direitos", acrescentou.

Por sua vez, o diretor adminis-

trativo do TRT-SP, César Augusto Gili, informou que a Justiça trabalhista tem alugados mais de 10 mil metros quadrados de galpões para arquivar processos. Ele observou que "obra cara é obra parada" e que "a única possibilidade de sobrevivência do TRT é terminar os prédios".

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) questionou o custo de quase R\$ 600 de cada metro quadrado para terminar os dois edifícios e perguntou se não ficaria mais barato para o país "vender tudo do jeito que está" e construir pequenos prédios nos bairros de São Paulo. O engenheiro-chefe do Banco do Brasil, Joaquim Andrade Filho, sustentou que seria muito difícil vender os edifícios, pois eles foram projetados para receber varas trabalhistas, o que é bem diferente de prédios de escritórios ou para residências.

O Banco do Brasil já tem pronto o edital de licitação para escolher a empresa que terminará as obras e incluiu um item proibindo qualquer aditamento, ou seja, o preço não poderá mudar. E mais: a obra terá de ser feita em 24 meses.

Escolas-família agrícolas têm apoio de Santos

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) elogiou ontem a atuação das escolas-família agrícolas do Espírito Santo, geridas pelo Movimento de Educação Promocional do Estado (Mepes), que completou 34 anos no mês passado. As escolas-família se utilizam do conceito de pedagogia da alternância, pelo qual o aluno permanece durante 15 dias em regime de internato na instituição e passa o restante do mês na convivência da família, participando do processo produtivo agrícola familiar e interagindo com a comunidade local.

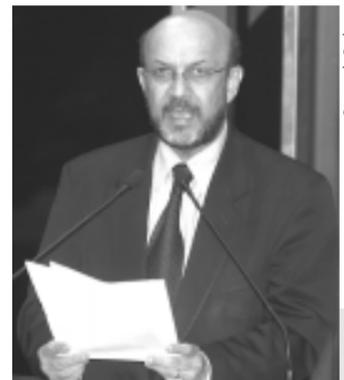
Ricardo Santos lembrou que o sistema funcionou como indutor do desenvolvimento do setor rural no estado, em uma época de grande depressão, provocada pela erradicação dos cafezais.

– Essa crise capixaba, nos anos 60, reduziu as possibilidades de renda dos agricultores familiares e provocou forte êxodo rural.

O Espírito Santo conta com 14 escolas-família agrícolas, que beneficiam 2 mil alunos – 70% no ensino fundamental e o restante no profissionalizante. Ricardo Santos considera necessário aumentar o alcance dessas instituições e defendeu parcerias entre os setores público e privado como forma de estimulá-las.

– Ganha o setor público, porque cumpre sua função social; ganham os estudantes, porque a eles é assegurado ensino de qualidade; ganha a sociedade, porque os jovens, com formação adequada, contribuirão para o desenvolvimento local – justificou.

Ricardo Santos se comprometeu a tentar viabilizar junto ao Ministério da Educação e ao Congresso mecanismos para contemplar as escolas-família com recursos do Orçamento da União.



Roosevelt Pinheiro

Ricardo Santos assumiu compromisso de buscar recursos para escolas capixabas

Iris: Senado quer reforçar combate ao abuso sexual

Na opinião do senador, a adoção de penalidades mais severas para os acusados de pedofilia poderá inibir esses “crimes vergonhosos”

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que é tão grande a preocupação do Senado com o aumento do número de casos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes que a Casa está analisando diversos projetos voltados ao combate efetivo desse tipo de crime. Iris discursou ontem durante sessão solene do Congresso Nacional realizada para assinalar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que transcorrerá no sábado.

O senador destacou projeto do presidente do Senado, Ramez Tebet, já aprovado em turno suplementar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aumenta pela metade ou dobra a pena dos condenados pela prática de determinados crimes hediondos contra menores de 14 anos. A proposta define, por exemplo, que no caso de o criminoso corromper ou facilitar a corrupção de menores para



Fotos: José Cruz

Jovens com camisetas do Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes assistiram ao discurso de Iris



a prática de atos libidinosos, a pena será aumentada para até oito anos de reclusão. Hoje, a pena varia de um a quatro anos de prisão.

— Penalidades mais severas poderão inibir esses crimes vergonhosos. O combate à pedofilia é hoje uma luta mundial — afirmou.

Iris Rezende disse também que as recentes denúncias de crimes de pedofilia praticados por pessoas de quem se esperava maior cuidado com a infância e adolescência, como médicos e religiosos, têm provocado a indignação da sociedade.

— Uma data como essa serve, no mínimo, para conscientizar as pessoas para a necessidade do aumento da vigilância e também relembra os direitos das crianças, principalmente o respeito à sua condição de maior fragilidade — observou.

Falando em nome da Câmara, a deputada Rita Camata (PMDB-ES) registrou as conquistas já alcançadas, mas lembrou as dificuldades e obstáculos que ainda precisam ser enfrentados para que os direitos das crianças sejam realmente respeitados. O vice-presidente da Câmara, deputado Efraim Moraes (PFL-PB), presidiu a sessão solene.

Mauro Miranda destaca iniciativas contra as drogas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) manifestou ontem sua convicção de que o combate ao narcotráfico deve mobilizar outras estratégias além da repressão policial. Segundo ele, é preciso atentar para o ambiente cultural que torna a droga necessária para uma parcela assustadoramente grande de jovens e adultos das mais diversas camadas sociais.

Mesmo reconhecendo que, nessa busca, certamente a sociedade brasileira irá se defrontar “com a face horrorosa dos antivaleores do individualismo materialista e do culto à violência, do desrespeito à lei, da desmoralização da família”, Mauro Miranda disse acreditar que há uma resposta a esse egoísmo, a esse isolamento e a essa falsa ética. A resposta esta-

ria na força que faz o ser humano dizer não à droga, ao mesmo tempo que o impulsiona “a dizer sim à vida, à união e à participação”.

Segundo Mauro, em Goiás, uma parcela significativa de prefeituras, por intermédio de suas secretarias de Saúde, em parceria com igrejas, clubes de serviço e outras associações, vem patrocinando fóruns de debates e busca de soluções para o problema. Nos postos municipais de saúde abrem-se unidades para tratamento e aconselhamento dos dependentes químicos, bem como para assistência psicossocial às suas famílias, destacou.

O senador aplaudiu a iniciativa da autora de novelas Glória Perez de abordar o tema da narcodependência como trama paralela em *O Clone*, novela da Rede Globo de Te-



Roosevelt Pinheiro

Mauro elogia Glória Perez por abordar a narcodependência como trama paralela em *O Clone*

levisão. Ele lembrou que, em sua novela anterior, a autora mostrava fotos de crianças desaparecidas. “Recordo que muitas foram reencontradas e devolvidas a seus pais, graças a esse verdadeiro serviço de utilidade pública”, disse.

Mauro Miranda considerou reconfortante encontrar pessoas como Glória Perez, que sabem extrair da desgraça pessoal — ela perdeu uma filha, assassinada brutalmente — forças para transformar a realidade social em um sentido mais humano, fraterno e solidário.

Marluce pede política concreta para evitar trabalho infantil

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu ontem uma política concreta de atendimento às necessidades básicas das crianças, a fim de evitar o trabalho infantil. Para a senadora, a educação deve ser a base dessa política. Ela frisou que “sem educação, não há democracia consolidada nem justiça social”.

Marluce Pinto afirmou que o trabalho infantil é um problema social crônico e intimamente vinculado a questões econômicas, pois, na maioria das vezes, as crianças trabalham por necessidade dos pais.

— Por trabalharem, essas crianças comprometem a saúde e a esperança de vida e se vêem distanciadas da educação, que passa a ser um luxo inacessível — disse.

PROBLEMA MUNDIAL

A senadora citou dados de relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado no último dia 6, dando conta que em todo o mundo 246 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalham. Desse total, 72,7%, ou seja, 179 milhões, correm risco de vida no trabalho. A maioria dos casos concentra-se na Ásia e região do Pacífico; na África subsaariana e na América Latina e na região do Caribe. Na América Latina e região do Caribe 17,4 milhões de crianças são exploradas nas mais diversas formas de trabalho, disse a senadora, citando o mesmo documento.

No Brasil, embora o documento aponte queda no número de crianças que trabalham, que entre 1992 e 1999 diminuiu em 23%, 6,6 milhões de crianças ainda encontram-se nessa situação, informou a senadora. Entre as crianças brasileiras que trabalham, registram-se 10% das ocorrências mundiais das piores formas de se obter renda, como a prostituição, o tráfico de drogas, o trabalho doméstico, o narcoplantio e os trabalhos forçados, segundo a OIT. O Brasil, de acordo com a OIT, ocupa o terceiro lugar no ranking dos países latino-americanos na exploração do trabalho infantil-juvenil, tendo à sua frente o Haiti e a Guatemala.

LEIS DESCUMPRIDAS

Marluce Pinto lembrou que a Constituição federal diz ser dever da família, da sociedade e do Es-



Geraldo Magela

Para Marluce, trabalho infantil é um problema social crônico e vinculado a questões econômicas

tado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

— Se, de um lado, temos uma legislação considerada a mais avançada do mundo em termos de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, de outro lado parece que não temos vontade e determinação suficiente para fazê-la vigorar em plenitude — lamentou a senadora.

TRABALHO ESCRAVO

Ao lembrar o Dia Internacional do Trabalho, comemorado no último dia 1º, Marluce Pinto manifestou sua indignação diante das denúncias do jornal *Planalto Central*, de Brasília, sobre o aumento de 1.000% no número de trabalhadores escravos no campo em vários estados do Norte e Nordeste do Brasil, comparado ao número de 1995.

Marluce disse estar particularmente entristecida por ver o estado de Roraima entre os citados.

— De minha parte, não tenho dúvidas: dos órgãos competentes de meu estado exigirei informações mais precisas. Ao Ministério Público Estadual vou solicitar aprofundamento das investigações e, caso se confirmem tais denúncias, a punição de quem pratica tal crime — afirmou.

A senadora ressaltou que o trabalhador merece a contrapartida justa pelo que produz, devendo ser remunerado de forma a garantir — para si e para sua família — acesso a condições mínimas para uma vida mais digna e mais feliz.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti, Tião Viana e Lindberg Cury e pela senadora Marluce Pinto